

EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/ SCFV com crianças de 5 a 6 anos e 11 meses – uma experiência piloto realizada pela Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré/CECMN – entidade de assistência social localizada na Rocinha – Rio de Janeiro

Edvaldo Roberto de Oliveira¹

RESUMO: Apoiando –se na concepção de educação definida no artigo primeiro da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ou seja aquela que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas organizações da sociedade civil, entre outros , o texto procura apresentar e refletir uma experiência piloto de Ação Parceira Educação e Proteção Social com crianças da primeira infância.

Palavras Chaves: Educação – Proteção Social - convivência – primeira infância –vínculos.

INTRODUÇÃO

É preciso levar em conta o período infantil, principalmente, o da primeira infância estudado por diversos especialistas, tais como SPITZ, WINNICOTT, BOWLBY, entre outros, quando afirmam a importância de uma relação afetiva estável nos primeiros cinco anos de vida que deve se expressar nos cuidados adequados.

De modo que neste período, torna-se relevante registrar tanto os excessos, os esmagamentos dos limites em decorrência da violência ou das normas rigoristas sem sentido, ou a negligência/abandono das necessidades da criança pelo ambiente que deveria ser protetor, mas que é “percebido “ como ameaçador.

Não há dúvida de que, tais fatos funcionam como gatilhos que disparam os comportamentos inadequados, quase sempre, expressos em emoções perturbadoras – raiva/medo - que remetem a estágios primitivos do processo antropossociopsicológico da humanidade.

¹ - Me em Serviço Social PUC/Rio, especialista em Direitos da criança/adolescente, consultor da Associação Mãe África/AMA – Inovações em Tecnologia Social, Coordenador do GT de implementação da política de ações de apoio socioeducativo em meio aberto do CMDCA-Rio.

Em breve parênteses, anote-se a quadra atual da humanidade, no limiar de novos tempos, absolutamente estimuladora das “emoções perturbadoras, tendo em vista que o atraso moral do ser humano que, ainda se demora no estágio do racional-egocêntrico.

Aumentam os suicídios diretos e indiretos, bem com a agressividade que desborda em violência urbana, filha espúria de outras violências ocultas ou veladas socialmente, que são também responsáveis pela miséria social, econômica, educacional, da saúde, do repouso, da alimentação.² São desafios, para as famílias, escola, e a sociedade atual.

Assinalo que as reflexões anteriormente grafadas me foram suscitadas em uma proveitosa reunião de estudos de caso quando o psicólogo do SCFV da CECMN, em referindo a criança em tela, ressaltou que ela foi vítima de violência, ainda no período intra-uterino, quando sua mãe, por diversas vezes, sofreu violências por parte daquele que era seu pai.

Participavam da reunião de estudos de caso, o Assistente Social e a estagiária de Serviço Social do SCFV /CECMN que em conjunto com o psicólogo vem realizando o acompanhamento sociofamiliar da criança e de sua mãe, além da coordenadora pedagógica da Escola de Educação Infantil que a mencionada criança frequenta.

A coordenadora pedagógica, dedicada no exercício de sua função, tem observado as conquistas da criança em referência mediante o trabalho atencioso de suas professoras, por outro lado, sublinhou as dificuldades enfrentadas pelas educadoras que precisam cumprir determinados procedimentos que fazem parte do conteúdo curricular, dando como exemplo, certas atividades necessárias para o desenvolvimento motor - primeira etapa da educação escolar indispensável para que a criança avance às etapas posteriores. É imperativo. Tem que ser feito e, naquele período etário, pois se não, poderá ocorrer atrasos na aprendizagem.

Chegou a mencionar o uso da argila, da massinha, da pintura etc. Recursos extraordinários que poderiam contribuir para o acesso as raízes das “emoções perturbadoras” mergulhadas nas águas profundas do inconsciente. Aqui lembrando, a arte-educadora social Marilena Gonçalves quando afirma:

² Encontro com a paz e a saúde: p. 31. Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Salvador, BA: Livrai Espírita Alvorada, 2007.

“Arte – mola propulsora, elemento mágico, instrumento de comunicação, facilitador de uma educação humana”. Ou ainda, quando cita Freinet: : “Arte, que é linguagem interna, exteriorização de complexos psíquicos, reflexo de nossa natureza, mas também linguagem universal”

Recordo o pioneirismo da psiquiatra Nise da Silveira que rompeu com tradicionalismo no tratamento dos transtornos mentais que privilegiava métodos violentos para conter “pacientes violentos”: a lobotomia, o eletrochoque, “inovações terapêuticas “que repetiam os métodos medievais do “poço das serpentes”, dando lugar a arte como terapia e cuidado.

No entanto, a professora de educação infantil para cumprir o “imperativo programático” agia de maneira pragmática no uso dos recursos da “arte”. Ou talvez, a arte na escola seja apenas atividades para distrair a crianças, ou brincadeira e, brincar não é algo sério.

Devolvendo a palavra à Marilena Gonçalves quando falando de sua experiência como aluna da Escola de Artedo Brasil, Rio de Janeiro, cita o seu fundador Augusto Rodrigues. Diz o artista plástico, educador, pintor e implantador, no Brasil, do Movimento e Educação:

“A escola tenta explicar o mundo à criança num quadro –negro. O mundo cheio de interesse vai ficando reduzido a um quadro de giz, frio e vazio. Ensina-se a criança desenhar um cavalo como se ela não soubesse.

A escola que nós temos provoca o desencontro do homem consigo mesmo.³É preciso fazer da educação um processo de despertar do Ser criador e do pleno desenvolvimento de sua capacidade perceptiva. Um processo de preparação do homem para o trabalho criador e construtivo.”

E prossegue a “educação bancária”, voltada para preparar a criança/homem para o mercado. Não obstante, de maneira contraditória, o mercado afirma que precisa de profissionais que tenham as tais competências socioemocionais: trabalhar em equipe, administrar os conflitos, apto para negociar etc.

Em meio a tantas contradições, é preciso pensar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos cujo trabalho social do assistente social, psicólogo e educador social se configura como um processo de

³ -É o “Pinóquio às avessas” de Rubem Alves. A escola recebe a criança como um ser vivo de “carne e osso” e a transforma em boneco de madeira sem coração

socioeducação – educação ou aprendizagem não-formal- com crianças, adolescentes e famílias .

I) Apresentando a experiência piloto de Ação Parceira Educação e Proteção social, em realização com crianças e famílias residentes no bairro da Rocinha – Rio de Janeiro.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: AÇÕES DE APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

INOVAÇÕES EM TECNOLOGIAS SOCIAIS: experimentação, sistematização e socialização de conhecimentos.

FOCO: AÇÃO PARCEIRA ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO - interlocução e articulação por meio de objetivos comuns construídos por diversos atores locais.

1) Fundamentos Normativos

Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/SUAS

LDB

BNCC

Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA

Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009

Marco Legal Primeira Infância – Lei Federal nº13 257, de 08/03/2016

Deliberação nº 1245/2017 - ASDH/CMDCA

Deliberação nº 1042/ - ASDH/CMDCA

2) Análise da situação/Justificativa

O Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, em 1990 ao inaugurar a “Era da Proteção Integral” à criança e ao adolescente, potencia a família e, mais recentemente, a Lei 12 435/2011, atualizando a Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, configurou o Sistema Único de Assistência Social/SUAS em serviços de proteção social que tem, entre outros, o objetivo de promover o direito à convivência familiar e comunitária por meio do fortalecimento dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

Neste propósito, pretende-se ofertar o Serviço de Convivência para crianças (de 4 a 6 e 11 meses) em situação de risco de abandono escolar, levando-se em conta diversos fatores e, em particular, a vivência em territórios

urbanos⁴ marcados pela violência⁵, desse modo, justifica-se a importância de promover a prevenção, através da articulação e interlocução entre proteção social e educação, com foco na Primeira Infância.

Nesta faixa etária, a proteção social e a educação têm como estratégia socioeducativa o brincar, por meio de um espaço acolhedor e estimulando a cooperação, a comunicação, a criação e valorização do outro. De acordo com as Orientações técnicas do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), para crianças de 0 a 6 anos a forma de brincar viabiliza o desenvolvimento do pensamento real e imaginário da criança.

A brincadeira além de estimular o desenvolvimento, tornar viável a comunicação das crianças com outras crianças, e com os adultos, desenvolvendo e fortalecendo vínculos e potencializando autonomia pela aquisição de novos saberes desencadeados pela ação do brincar. Além disso, o interesse das crianças é o guia para o planejamento das atividades.

A *Ação Parceira* tem o intuito de propiciar momentos para a interação e compartilhamento de vivências lúdicas e reflexivas entre pais ou responsáveis e as crianças, assim propiciando uma melhor qualidade da convivência entre mães, pais, ou responsáveis e as crianças.

Tomar a Primeira Infância como público-alvo da *Ação Parceira* é intencional, tendo em vista que Leis, Normativas e pesquisas apontam para importância do investimento em políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos. O documento denominado - Avanços do Marco Legal da Primeira Infância – relata em um artigo da Pós-doutora e Consultora Sênior do Centro de Desenvolvimento da Universidade de Havard, Mary Young, que:

⁴ O espaço público urbano, particularmente nas grandes metrópoles, cada vez mais marcado pela violência e indiferença, ao mesmo tempo que os espaços de sociabilidade são cada vez mais segregados e marcados por fronteiras rígidas e segregadoras da população em geral (shopping centers, condomínios etc), pelo simulacros de consumo (shopping centers ou por um custo elevado – centros culturais, cinemas, teatros etc), Vasconcelos, 2008:49.

⁵ De fato, o espaço geográfico tende a representar um importante fator de vulnerabilidade e risco à vida de crianças e adolescentes. Em muitas áreas urbanas do país, especialmente no estado do Rio de Janeiro, o “poder agir” e a capacidade letal por parte de determinados criminosos, como pela reação do Estado, representam uma grande ameaça à vida e segurança pública. Isto ocorre devido ao uso da força por parte dos dois principais agentes de letalidade violenta: os grupos criminosos e os agentes estatais. Os dados do Dossiê criança e adolescente/2018 do Instituto de Segurança Pública – RJ indicam que parte das vítimas morre perto de casa. Em 80% dos casos aferidos, a distância do local do fato foi de até dez quilômetros do local da residência.”(GONÇALVES& MANSO, 2018: 24 e 34)

Crianças que nascem em situação de pobreza, vivem em condições de falta de saneamento, recebem pouco cuidado ou pouca estimulação mental e uma nutrição empobrecida nos primeiros anos de vida têm maior probabilidade que seus contemporâneos ricos de crescerem com defasagem corporal e mental. Estas crianças tendem a ter um desempenho fraco em sala de aula, repetir séries escolares e não alcançarem bons índices de desenvolvimento. No campo profissional, quando adultos podem vir a se destacar em trabalhos que exigem poucas habilidades e obter salários mais baixos. Quando eles têm filhos, um ciclo de herança de pobreza recomeça – e isso se repete pelas gerações.

O prêmio Nobel James Heckman realizou um estudo de caso sobre a importância dos primeiros anos de vida das crianças, evidenciando serem um período crítico para a formação de habilidades e capacidades a serem determinantes para os resultados do ciclo de vida. (Young, 2016:23)

Em pesquisa⁶ realizada, em 2015, pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), em cinco municípios, foram constatadas dificuldades que partem do campo relacional, de pais que vivem em processos de vulnerabilidade e risco social⁷. A interação próxima com os filhos é uma realidade distante, como mostra o trecho da fala de uma das mães entrevistadas:

“Existe com certeza (momentos de vínculos), acho quando a gente mais tá junto, as vez eu vou dar banho nela, coloco pra dormir, é hora que ela gosta mais de tá com a mãe, ela vem e pede a mãe faz meu leite, eu também dou de comer na boca dela, mas eu dou logo pra ela e depois eu como (risos)”.

Assim, justifica-se a realização de uma experiência piloto de SCFV, na faixa etária de 04 a 06 anos e 11 meses, considerando que o Município do Rio de Janeiro em seus equipamentos de Assistência Social, não oferta serviços socioassistenciais para o mencionado grupo etário.

O Censo Escolar 2018 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registra o crescimento da Educação Infantil em 2,8%. Por outro lado, o número de matrículas na Educação Básica registrou queda pelo segundo ano consecutivo. Nos dados divulgados pelo INEP a distorção idade-série aparece como explicação para a redução de

⁶ Projeto Vínculos - parceria entre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal/SP e o MDS com o apoio técnico da Agencia Tellus.

⁷ O que é menos comum na relação entre pais e filhos: assistir TV juntos, contação de história, brincar juntos e passear com a criança.

número de crianças e jovens matriculados nas escolas. Segundo os números levantados pelo Instituto a taxa de distorção idade-série vai aumentando ao longo do ensino Fundamental, passando de 11,2%, nos anos iniciais para 22,3% nos anos finais, atingindo 28,2% no Ensino Médio. Esse fenômeno está ligado ao baixo nível de aprendizagem que seria resultado de uma série de fatores, incluindo a qualificação do professor.

Os resultados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), apontam que o avanço da proficiência dos estudantes tende a desacelerar no Fundamental 2, o que leva ao aumento da reprovação e, em muitos casos, à evasão.

Tais proposições nos levam a pensar na necessidade de uma forma inovadora de gestão social do território, organizada a partir de um “novo modo de ação, cada vez mais articulado, complementar e sintonizado com as demandas das realidades locais” - Guará, 2010:13, como uma condição imprescindível para que as crianças e adolescentes sejam atendidos de modo integral, como prevê o artigo 86 do ECA.

Tendo em vista que, como a nota a professora Dra. Isa Maria Guará esclarece:

A proteção social não está circunscrita apenas ao âmbito do Estado e apresenta-se originariamente nas relações da família e comunidade. Não obstante, o Estado tem entre suas responsabilidades fundamentais a de oferecer políticas sociais que garantam a proteção social, como direito e deve fazê-lo em conjunto com a sociedade, promovendo ações que focalizam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social⁸ (GUARÁ, 2010:14).

No caso a Rocinha⁹, bairro da cidade do Rio de Janeiro localizado entre a Gávea e São Conrado, onde residem as crianças contempladas pela *Ação Parceira* tem vivido, nos últimos tempos, um quadro calamitoso, de certo modo

⁸ Entenda-se que a vulnerabilidade social se apresenta de maneira ampla, considerando as suas duas dimensões: material e relacional. Assim pode ser decorrente da insuficiência ou ausência de renda, desemprego, trabalhos informais, doenças, tanto quanto, dificuldade de acesso aos serviços das diferentes políticas públicas, ruptura ou fragilização dos vínculos afetivos sociais e de pertencimento.

⁹ O Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância – CIESPI/PUC em 2017 apresentou os resultados de uma pesquisa realizado com os moradores, profissionais e instituições na Rocinha sob o título “Espaços seguros para criança na primeira infância “. Desta pesquisa, destaca-se a anotação: “A presença de traficantes armados nas vias de acesso, as operações policiais a qualquer hora e local e as trocas de tiros entre grupos rivais e forças policiais têm efeitos traumáticos significativos sobre as crianças.” (BOGHOSSIAN & BUSH, 2017).

como a própria cidade. Neste cenário, é preocupante os dados que denunciam índices alarmantes de evasão escolar e outras defasagens que acabam tornando a garantia do direito à permanência de crianças na escola, um desafio a ser enfrentado pelas famílias, organizações da sociedade civil e Estado.

Esta experiência piloto pretende atender as crianças que frequentam escolas de horário parcial, portanto a necessidade de uma complementação escolar, braços longos, visando a contribuição para proteção integral desses sujeitos, bem como de suas famílias.

3) Objetivo Geral

Promover o direito ao acesso, à permanência, ao avanço da proficiência e ao sucesso na escola de crianças 4 a 6 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social e vivência em territórios urbanos marcados pela violência.

4) Objetivos específicos

- Contribuir para que a escola conheça melhor o cotidiano das crianças no território urbano em que vivem;
- Estimular a participação da família no processo ensino-aprendizagem das crianças;
- Facilitar para que os pais/responsáveis possam compreender melhor o cotidiano escolar dos seus filhos;
- Identificar situações de vulnerabilidade social e familiar as quais as famílias e crianças, possam estar expostas, para que a equipe técnica da proteção social possa intervir de maneira preventiva, atendendo a sua função primeira de trabalho de prevenção de situações de risco, desenvolvendo potencialidades e o fortalecimento de vínculos sociais e familiares e de suas redes de apoio.

5) Estratégia Principal da Ação Socioeducativa, em conformidade com o grupo etário de 4 a 6 anos e 11 meses: o Brincar.

“Brincar é essencial para o desenvolvimento da resiliência, e oferecer espaços e ambientes que favoreçam o livre brincar é proporcionar condições para o desenvolvimento da criatividade, das competências e das habilidades necessárias para ela (criança) exerça o papel que lhe cabe na comunidade em que vive no presente e futuro”, Marilena Flores Martins (Assistente Social com

experiência em Saúde Mental. Consultora. Co-fundadora da IPA – Associação Brasileira pelo Direito de Brincar e à Cultura)

A brincadeira, além de estimular o desenvolvimento, torna viável a comunicação das crianças com outras crianças e com os adultos (educadores e pais), desenvolvendo potencialidades, autonomia pela aquisição de novos saberes desencadeados pela ação de brincar e pela interação com os objetos e as fantasias, com as regras das brincadeiras e com outros sujeitos. (BRASIL, 2010:13).

6) Eixos Norteadores

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas – SCFV- 0 a 6 anos /2017, “os encontros e as atividades do SCFV têm um sentido socioeducativo em articulação com os EIXOS NORTEADORES, com as COMPETÊNCIAS desses eixos e com os OBJETIVOS dessas competências”.

Os Eixos Norteadores são:

EU COMIGO;

EU COM QUEM CUIDA DE MIM;

EU COM OS OUTROS;

EU COM A CIDADE. (BRASIL, 2017:57)

7) Estratégias de Intervenção da Equipe Técnica da Proteção Social

- Acompanhamento do cotidiano escolar das crianças mediante a articulação e o diálogo com as equipes das escolas;
- Acompanhamento das famílias das crianças com o objetivo de promover o fortalecimento de vínculos e a orientação quanto ao exercício das funções parentais¹⁰, em termos de cuidar, proteger e orientar, mediante uma abordagem dialógica e reflexiva;
- Propiciar momentos para a interação e compartilhamento de brincadeiras e vivências lúdicas e reflexivas entre pais ou responsáveis e as crianças deste grupo etário;

¹⁰ -Programas de Parentalidade, uma tendência mundial: iniciativas para orientação de pais e cuidadores existem, nos Estados Unidos desde o início de 1800.

Várias iniciativas foram implantadas nas últimas três décadas em diferentes partes do país (Brasil) com o objetivo, principalmente, de fortalecimento das relações parentais e dos vínculos familiares.

Diferentes metodologias e formatos e uma única intenção: promover a capacidade dos pais e cuidadores para garantir o desenvolvimento integral de crianças. (Da Ciência à prática: os programas de desenvolvimento infantil na América Latina. CroosContent: São Paulo, 2018).

- Oferecer para as crianças: espaço acolhedor, promovendo a cooperação, a comunicação, a convivência, participação social, fortalecimento de vínculos, formação de valores e atitudes, experiências lúdicas e de lazer;
- Interlocução e articulação com a Rede de Apoio das famílias¹¹, a Rede de Serviços e o Sistema de Garantias de Direitos por meio da Abordagem Social.

8) Estratégias de Gestão da Ação Parceira

Grupo de coordenação: Edvaldo Roberto de Oliveira (consultor da AMA), Leandro Castro (Assistente Social da Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré) e Assistente Social Yasmim França (Educadora Social da Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré);

Assessoria Pedagógica: Maria Lúcia Lara (EDEM);

Parceiros Estratégicos: Escola Municipal Rinaldo De Lamare e Escola Municipal Paula Brito, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2ª Coordenadoria de Educação /CRE, Escola Dinâmica de Ensino Moderno/EDEM, CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio em Serviço Social), Curso de Pedagogia da Universidade Veiga de Almeida (Tijuca);

Assessoria de Comunicação: Bárbara Valente, acadêmica de jornalismo da Universidade Veiga de Almeida;

9) Área de atuação

Escola Municipal Rinaldo De Lamare e Escola Municipal Paula Brito.

10) Organização e Funcionamento

a) Grupo de 15 crianças indicadas pela Escola Municipal Rinaldo DeLamare.

Dias e horários de funcionamento: 4ª e 6ª Feira das 10hs às 13hs.

Local de funcionamento: Brinquedoteca cedida pelo CRAS.

b) Grupo de 15 crianças indicadas pela Escola Municipal Paula Brito.

Dias e horários de funcionamento: 2ª Feira das 10hs às 13hs.

Local de funcionamento: Brinquedoteca cedida pela própria escola.

¹¹ - Sistema Composto por várias pessoas significativas que se relacionam. Podem ofertar formas de apoio instrumental (ajuda financeiro, informações e outros) e emocional (afeição, simpatia e cuidados) resultando em sentimento de pertencimento e na formação de uma rede concreta de apoio afetivo e social (BRASIL, 2017: 64).

c) Atividades complementares:

Brincar e conviver em família – propor atividades que estimulem a maior interação entre as crianças e os familiares/responsáveis.

d) Encontro com as famílias:

Espaço de Convivência: acolhida, escuta, diálogo, informações e orientações.

e) Equipe Técnica:

AS Leandro Castro, Educadora Social Yasmim François, estagiários de Serviço Social e Pedagogia.

f) Recursos de Apoio:

Lanche matinal sob a responsabilidade CECMN.

Os materiais a serem utilizados nas atividades com as crianças, além daqueles disponibilizados pelo CRAS, será de responsabilidade da CECMN.

11) Grade de participação de grupos e acompanhamento

HORÁRIO				
DIA	ENTRADA	SAÍDA	SETOR	ATIVIDADE – OFICINA CRIANÇA COM CRIANÇA
Quarta e Sexta	10h	13h	Brinquedoteca do CRAS	Pretende-se trabalhar os direitos definidos no BNCC, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se através de contação de história, brincadeiras orientadas, teatro e fantoches e massinhas, desenhos, e outras atividades de arte-educação, de acordo com as Orientações Técnicas do SCFV – MDS/2011.
DIA	ENTRADA	SAÍDA	SETOR	ATIVIDADE – OFICINA CRIANÇA COM FAMÍLIA
Quarta e Sexta (mensal)	10h	12h	Brinquedoteca do CRAS	Idêntico ao anterior, porem com a participação dos familiares e/ou responsáveis.
DIA	ENTRADA	SAÍDA	SETOR	ATIVIDADE OFICINA COM FAMÍLIA
Quarta e Sexta (bimestral)	10h	12h	Sala cedida pelo CRAS	Roda de conversa com o Assistente Social. Abordagem dialógica reflexiva, com

				ênfase na orientação sobre as 7 funções parentais de cuidar, proteger e orientar.
--	--	--	--	---

12) Acompanhamento, registro e avaliação

No decorrer da oferta do SCFV, a equipe técnica com o propósito de acompanhar, registrar e avaliar, para garantir a qualidade do trabalho, considerando a sua principal finalidade – fortalecer os vínculos familiares e comunitários mediante desenvolvimento de competências pessoais e relacionais levará em conta:

1) Mudanças que o trabalho possa gerar na vida das crianças e seus cuidadores. Para tanto, são elencados aspectos que devem ser observados para avaliar os resultados do trabalho:

a) As crianças apresentam mudanças comportamentais, tais como, melhora na qualidade das interações sociais, expressão alegria, demonstram maior autoestima, participam dos encontros utilizando e compartilhando conhecimento construídos?

b) Os cuidadores/familiares apresentam mudanças comportamentais, tais como, envolvimento nas brincadeiras com as crianças, tornam-se referência para as atitudes e comportamentos das crianças, sejam capazes de orientar as crianças sobre o comportamento esperado dela, prestam atenção e olham para as crianças com afeto?

2) A necessidade de aperfeiçoar a sua atuação, deve questionar em relação aos seguintes aspectos:

a) As atividades desenvolvidas atingiram os objetivos definidos no planejamento, foi possível engajar as famílias e estimulá-las de modo que se comprometessem em participar, a atuação da equipe junto aos usuários foi reflexivas, empática e sem julgamento de valor, em relação as famílias, a equipe esteve aberta para a escuta e o diálogo, houve abordagem social e trabalho conjunto com a escola e o CRAS?

À guisa de Conclusão

Pretende-se durante o desenvolvimento da experiência piloto realizar Encontros de Discussão de Casos e de Formação, tendo como referência as ações socioeducativas próprias da intervenção da equipe (educador social, assistente social e psicólogo) com as crianças e seus cuidadores.

É importante considerar que o trabalho social com pessoas e grupos em vulnerabilidade social tem como método a convivência e o fortalecimento de vínculos como resultado.

Ao final, a experiência registrada e sistematizada será socializada em evento pública e por meio de um documento específico.

Referências Biográficas

BAUER, M. e PERES, A. (orgs): Da Ciência à Prática: Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Infantil. São Paulo: Cross Content, 2018.

BOGHOSSIAN, CO e BUSH, M. Espaços Seguros para a Primeira Infância na Rocinha – resultados da pesquisa -. Rio de Janeiro: Centro Internacional de estudos e pesquisas internacional – CIESPI – PUC/Rio, 2017.

BRASIL. Caderno Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, 2017.

BRASIL. Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Brasília: Senado Federal - Centro de Estudos e Debates Estratégicos/CEDES, 2016.

GONÇALVES & MANSO. Dossiê Criança e Adolescente 2018. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2018.

GONÇALVES, M. Da Sensação ao sentimento. Florianópolis: DIOESC, 2012.

GUARÁ, ISF. Rede de Proteção Social. São Paulo: Associação Fazendo História – Associação de Núcleos de Estudos e Pesquisa sobre criança/adolescente. 2010.

VASCONCELOS, EM (Orgs). Abordagens psicossociais, volume II: reforma psiquiátrica na ótica da cultura e das lutas populares. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

<http://novaescola.org.br/conteudo/12147/bncc-na-educacao-infantil-como-garantir-os-direitos-de-aprendizagem> Publicado em Nova Escola 20 de julho 2018

<http://novaescola.org/conteudo/154467/censo-escolar-educacao-basica-perde-13-milhao-de-alunos-em-quatro-anos> Publicado em Nova Escola 01 de fevereiro de 2019.